



Campanha Salarial: defesa da Educação Pública e salários dignos!

A Campanha Salarial 2006, além de reivindicar a volta ao salário de maio de 2001 (cerca de 7% pelo ICV-Dieese), e reajustes trimestrais, será uma oportunidade para o embate em torno da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2007, com vistas à recuperação da vinculação de verbas para as universidades estaduais, item vetado por Alckmin no ano passado.

Como em 2005, permanece urgente o aumento do investimento na Educação Pública paulista em geral. Assim, nossas reivindicações são de 33% da receita de impostos para a Educação Pública como um todo; 11,6% do ICMS (sem o desconto da habitação) para as universidades estaduais; e 2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza.

É bom lembrar que, com as recentes incorporações de escolas isoladas feitas pelas estaduais paulistas, o índice de 10% negociado no ano passado não constitui avanço algum, passando a ser completamente insuficiente para a manutenção e ampliação, com qualidade, do ensino, da pesquisa e da extensão nas universidades estaduais. Permanecem, entre outros problemas, a mistura indevida de contas da Previdência e da Educação ativa (não há dotação específica e complementar para o pagamento dos aposentados) e o desconto do montante da habitação antes do cálculo do repasse às universidades.

No ato de apresentação das reivindicações do Fórum das Seis, foi protocolado pedido de agendamento de reunião

de negociação com o Cruesp. Porém, até o fechamento desta edição não havíamos recebido resposta dos reitores. Aliás, nem a planilha atualizada da receita de ICMS das universidades e do comprometimento com salários e investimento conseguimos obter do Cruesp, até agora...

Questões estruturais

Há outras questões estruturais de muita importância, que merecem nossa atenção e luta, em defesa de serviços públicos de qualidade, correspondentes a direitos sociais, como a Saúde e a Educação. A terceirização de serviços, que aumenta dia a dia no serviço público em geral e nas universidades e no Centro Paula Souza em particular, contribui para o desmantelamento destes serviços e a redução ainda maior da sua qualidade.

A alegação contábil de reduzir custos só explicita a quase exclusiva preocupação dos dirigentes, em todos os níveis, com o “equilíbrio das contas”, tendo como resultado o abandono e o descaso com a melhoria da qualidade de vida e trabalho da maioria da população. Neste quadro, é imperioso termos garantias de investimento na permanência estudantil.

Enquanto isto, corre solta a corrupção, a sonegação e a evasão fiscais, estimadas reiteradas vezes em 100% do arrecadado — isto é, a arrecadação deveria ser o dobro do que é!

Do ponto de vista de fazer avançar um projeto progressista para a Educação Pública em São Paulo, é importante lembrar que apresentamos à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) o Plano Estadual de Educação da Socieda-



Em 2005, comunidade universitária pressiona deputados, na luta para aprovar mais verbas para a educação na LDO 2006

de Paulista, que tornou-se um projeto de lei, que está parado na Alesp. Será importante sensibilizar Legislativo e Executivo para que este Plano, que contrapõe-se ao plano de Alckmin para Educação, seja amplamente discutido e aprovado.

Negociação e diálogo

Com a perspectiva de diálogo que sempre caracterizou a ação do Fórum das Seis nestas questões, foi protocolado, no dia 20/4/06, ofício ao governador Cláudio Lembo, pedindo audiência para expor a necessidade urgente de aumento do investimento do Estado na Educação Pública, propiciando a sustentação adequada da capacidade já instalada e sua ampliação com qualidade. Com a mesma finalidade e na mesma data, foram protocolados ofícios ao presidente da Alesp, deputado Rodrigo Garcia, bem como a todas as lideranças partidárias naquela casa, para que o Fórum das Seis seja recebido pelo Colégio de Líderes.

É central que nos mantenhamos atentos ao desenrolar dos acontecimentos, de modo a obter uma negociação efetiva das nossas reivindicações. Este ano é eleitoral e Executivo e Legislativo estarão bem mais “sensíveis” à nossa pressão.

Reitoria volta a cancelar reunião sobre gatilho

Na última audiência com a Reitoria, no dia 23/3, ficou acertado o compromisso de realização de uma reunião entre a AduSP e a Reitoria para discutirmos as várias pendências relativas à ação ganha pela AduSP que garante o pagamento dos gatilhos sonegados pelo governo Quéricia em 1987. A primeira proposta de data da Reitoria foi 24/4, às 10 horas. Esta reunião foi desmarcada e transferida para 27/4, às 10 horas. Esta última foi de novo cancelada, desta vez sem proposta de nova data.

Desde o mandato Melfi, a AduSP tem insistido com a Reitoria quanto à necessidade de diálogo sobre a ação do gatilho. Esperávamos que com a mudança na Reitoria o diálogo pudesse ser estabelecido.

Seria mais adequado para todas as partes se a reitoria da USP, tendo reconhecido a derrota judicial, se dispusesse ao diálogo, de modo a permitir que todos aqueles que tiveram seus salários surrupiados pelo governo Quéricia recebam a compensação desta apropriação in-

débita o mais rapidamente possível.

Independentemente das ações da Reitoria, a AduSP responderá à petição enviada ao juiz pela Universidade, considerando-a inapropriada, por vários motivos, sendo um dos mais importantes a tentativa de rediscutir a compensação dos 32,96%, por meio de reajustes posteriores, artifício este rejeitado pelo juiz reiteradas vezes.

A AduSP tem todo interesse de agilizar a execução da decisão judicial. E a Reitoria da USP?

Mercantilização do ensino ganha terreno: PUC-SP quer contratar novos docentes por metade do salário

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) suspendeu, em 20/4, a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que determinava a readmissão de 320 docentes da PUC-SP dispensados desde o início de 2006. A medida tem caráter provisório e vale até que seja julgado o mérito do recurso impetrado no TST pela Fundação São Paulo (FSP), responsável pela universidade, para manter as demissões.

Segundo o presidente do TST, ministro Ronaldo Lopes Leal, a demanda deveria ter sido objeto de ação individual por cada um dos professores demitidos, pois, nas palavras do ministro, ela é “de cunho condenatório”, o que não

pode ocorrer em processos de dissídio coletivo.

O pedido de reintegração havia sido deferido pelo juiz do TRT Antonio José Teixeira de Carvalho em 6/4, sob o argumento de que o referido acordo assegura “aos professores a estabilidade no emprego durante o ano letivo”.

Embora a ação impetrada pela Apropuc e pelo Sinpro-SP fosse relativa a 211 docentes demitidos sob a alegação de greve abusiva, o TRT, considerando o acordo interno e a convenção entre o Sinpro-SP e os estabelecimentos particulares de ensino, estendeu a reintegração a outros 109 professores da PUC-SP cujo contrato de trabalho tenha sido cancelado a partir de 20/1/06.

Decisão política

Sobre a tentativa da FSP de impedir a readmissão dos docentes, o professor Herson Martins de Oliveira, secretário da Apropuc, destaca que “o julgamento final ainda não ocorreu”, o que, em virtude do pedido de efeito suspensivo, pode demorar muito mais a acontecer. “Só a via jurídica, sem a mobilização, não adianta”, prossegue o docente, para quem a decisão final do TST será “política”, visto que a Igreja Católica “tem muito poder”. A FSP é controlada pela Arquidiocese de São Paulo. No sítio da Apropuc (www.apropucsp.org.br) está disponível um abaixo-assinado em defesa da rein-

tegração dos professores demitidos.

Além da já noticiada contratação de novos docentes pela metade do salário dos atuais, a PUC-SP dá sinais que pretende precarizar ainda mais as relações de trabalho, num contexto que aponta para a mercantilização da universidade, à semelhança do modelo adotado pela maioria das instituições de ensino superior privadas. Em 17/4, a Reitoria chamou as associações de docentes e funcionários, junto com a FSP, para comunicar que a partir daquele momento teria que ser revisto o acordo interno, que estabelece direitos dos trabalhadores da universidade.

“Dada a gravíssima situação da PUC-SP, não temos mais condição de manter o acordo interno”, relatou, segundo o sítio da Apropuc, a reitora Maura Veras aos professores. Reitoria e Fundação estipularam o prazo de um mês para que, junto com as associações, seja construído um novo acordo. Em 3/5, a Apropuc realizará uma assembléia para discutir essa questão, além de outras relacionadas à crise vivida pela instituição. Para o professor Herson, estão “mudando a feição da PUC”. Afinal, embora privada, até recentemente a universidade distinguia-se por manter uma filosofia de trabalho semelhante à do ensino superior público brasileiro.

Ministro Marco Aurélio, do STF, recebeu a Adusp em audiência

Supremo Tribunal Federal



No dia 26/4, às 13h30, a Adusp, acompanhada de membros da equipe jurídica da Andes-SN, foi recebida no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo ministro Marco Aurélio de Mello, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) impetrada contra o prazo de experimentação de seis anos, após concurso público de títulos e provas. O ministro Marco Aurélio é relator do processo e aceitou conversar com a Adusp antes de fazer seu parecer.

O ponto de vista defendido pela Adusp é de que este prazo deva ser de três anos, conforme rege a Constituição Federal. A audiência foi pautada pela cordialidade e o Ministro manifestou interesse e preocupação com o

assunto, comprometendo-se a dar-lhe prioridade.

Acompanharemos com atenção o desenrolar desta ação, que é central para a vida acadêmica na universidade, já que prazos de experimentação dilatados podem ser utilizados de forma indevida como fator de pressão sobre docentes.

Democratização da USP

No dia 25/4 foi realizada a primeira reunião do GT-Democratização da USP, que é constituído pelas diretorias da Adusp, Sintusp e DCE, pelo Conselho de Representantes da Adusp, por representantes do Conselho de Centros Acadêmicos e do Conselho de Representantes de Base do Sintusp. A finalidade do GT é discutir o escopo e o embasamento político da democratização da USP, bem como organizar uma ampla campanha sobre o assunto, dentro e fora dos muros da universidade.

Nesta primeira reunião foi iniciado um diagnóstico preliminar das dificuldades em tornar este tema uma preocupação, de fato, de docentes, estudantes e funcionários em geral. Este debate, fundamental

para o sucesso do projeto de democratização da universidade, precisa contar com a participação efetiva das três categorias e esperamos ampliar a presença nas reuniões futuras.

A próxima reunião foi marcada para 2ª feira, 15/5, às 14 horas na sede da Adusp, tendo como primeiro ponto de pauta a discussão de um conjunto de denúncias da falta de democracia e transparência que caracterizam a USP. Após este ponto, será iniciado o debate sobre dois eixos importantes para a construção de pilares sólidos para a campanha: Função Social da Universidade Pública e Embasamento Político-Filosófico da Necessidade de Democracia em uma Universidade Pública.

CASO RAMIRES

Adiado julgamento de recurso

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ) adiou de 19/4 para 3/5 a apreciação do recurso apresentado pelo professor José Franchini Ramires, da Faculdade de Medicina (FM), com o objetivo de retornar à presidência do Conselho Diretor do Instituto do Coração (InCor).

O professor Ramires fôra afastado do cargo por decisão do Hospital das Clínicas (HC), em dezembro de 2005, mas conseguiu uma liminar da 7ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo que assegurou sua permanência na presidência do InCor. Em março, o docente foi novamente afastado, por decisão do TJ, que acolheu mandado de segurança impetrado pelo HC.

Descaso do governo leva UERJ à greve

Docentes, estudantes e funcionários da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) estão em greve desde 3/4, denunciando perdas salariais acumuladas de 52%, cinco anos sem reajuste e condições insustentáveis de infra-estrutura.

O movimento começou no contexto da campanha salarial, após o governo estadual decretar, no final de março passado, adicionalmente um corte de 25% na verba de custeio mensal destinada à universidade, válido a partir de maio de 2006. Em vez dos atuais R\$ 2,95 milhões mensais já insuficientes, a UERJ receberá apenas R\$ 2,2 milhões.

“Após inúmeras e infrutíferas tentativas de negociação com o governo do Estado para estabelecer uma agenda de recomposição de salários e por melhores condições de

trabalho, a comunidade da UERJ foi compelida à greve como alternativa legítima de reivindicação”, declaram numa nota contundente, divulgada em 10/4, os diretores de unidade em defesa da UERJ. Na mesma nota, os diretores conclamam “a comunidade acadêmica e toda a sociedade fluminense a se mobilizar e a se posicionar em defesa da UERJ”.

As três categorias reivindicam: orçamento anual que garanta o financiamento da universidade; melhores condições de estudo e trabalho; verbas suplementares emergenciais para reformas prediais; recomposição salarial; plano de cargos e carreiras para servidores técnico-administrativos; aumento no número e valor das bolsas assistenciais e acadêmicas; e a instalação de um restaurante universitário.

Os diretores declaram-se ainda contra “uma política de renúncia fiscal eminentemente eleitoreira que traz prejuízos à população e agrava ainda mais a manutenção de atividades”, promovida pelo Estado. Segundo eles, o corte imposto pelo governo estadual agravará o déficit orçamentário no pagamento de serviços de utilidade pública; reduzirá a verba de bolsas para estudantes; aumentará as dificuldades encontradas no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão; e redundará no contingenciamento de verbas para serviços terceirizados.

Outros setores do funcionalismo fluminense também estão em greve, entre os quais os servidores da rede pública estadual de ensino, inclusive das escolas técnicas. Assim como a comuni-

Moção de Repúdio

O Fórum das Seis Entidades manifesta veemente repúdio à forma como o Governo do Estado do Rio de Janeiro vem tratando o movimento realizado por docentes, discentes e servidores técnico-administrativos da UERJ, em greve desde 03-04-2006. A ausência de reajustes salariais nos últimos cinco anos, causando perdas acumuladas de, no mínimo, 52%, é fruto do descaso de sucessivos governos estaduais, em especial do atual Governo do Estado, colocando tais trabalhadores em situação crítica, além de ameaçar o Ensino Público, Gratuito e de Qualidade tradicionalmente promovido pela UERJ.

- Por uma negociação efetiva que respeite o direito dos trabalhadores da UERJ à reposição salarial!
- Contra o sucateamento da Educação e por condições dignas de trabalho na UERJ!

São Paulo/SP, 20 de abril de 2006

dade da UERJ, eles também lutam por melhores salários e condições de trabalho.

O Fórum das Seis Entidades encaminhou, em 24/4, uma Moção de Solidariedade

de e Apoio às entidades que representam as categorias em greve e uma moção de repúdio ao Governo do Rio de Janeiro pela forma como vem tratando a UERJ (vide box).

Alesp aprova data-base para funcionalismo

A Alesp aprovou em 26/4 o Projeto de Lei 906/05 que institui 1º de março como data-base para o funcionalismo público da administração direta e das autarquias do Estado, além dos militares. A data também vale para aposentados e pensionistas.

Se a lei for sancionada pelo governador Cláudio Lembo (PFL), a data-base valerá já em 2007. O PL 906/05 foi proposto pelo Palácio dos Bandeirantes à Alesp em dezembro de 2005. Originalmente, estabelecia a data-base em 1º de maio, mas foi alterado pelos parlamentares por meio de emenda aglutinativa, atendendo a solicitações das entidades do funcionalismo.

DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

Comitê realiza mesa redonda sobre Educação Básica em SP

O Comitê em Defesa da Escola Pública (Adusp, DCE-Livre da USP, Sintusp, APG da USP, Adunifesp, Afuse, Ande, Apase, Apeoesp, CPP, CRP, Fórum de EJA-SP, Sinpeem, Sinteps) realizará, em 18/5, uma mesa redonda sobre o tema “A crise da Educação Básica no Estado de São Paulo” (vide box).

O objetivo é ter uma idéia mais clara acerca do diagnóstico da situação da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e da educação técnica e tecnológica, tanto no sistema estadual como no sistema municipal (pelo menos da Capital), e definir propostas, além de discutir estratégias e táticas a serem adotadas pelo Comitê para enfrentar os problemas constatados.

Mesa redonda

“A crise da Educação Básica no Estado de São Paulo”

Data: 18/5 (quinta-feira), 17h.
Local: sede central da Apeoesp (Praça da República, 282, Centro, Capital)
Composição: Apeoesp, Sinpeem, Sinteps e um representante das entidades Apase/Udemo/Sinesp.
Coordenação: Comitê em Defesa da Escola Pública.

PARTICIPE!

Na reunião preparatória do comitê, realizada em 24/4, definiu-se que os componentes da Mesa devem utilizar em suas intervenções, como referência principal, o “Plano Estadual de Educação: Proposta da Sociedade Paulista” (PL nº 1.074/2003, em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo - Alesp), que foi produzido num esforço conjunto das próprias entidades congregadas no Fórum

Estadual em Defesa da Escola Pública (Fedep-SP).

Audiência Pública

Em 26/4, o Comitê esteve presente, ao lado de outras entidades representativas do magistério no Estado, na audiência pública promovida na Alesp para tratar do tema “Plano de Carreira”. O evento fez parte do calendário da Apeoesp de mobilização em defesa e promoção da escola pública, que

por sua vez integra a programação anual da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Os representantes das entidades que fizeram uso da palavra enfatizaram a necessidade de tratar a definição do plano de carreira para o magistério como parte integrante da luta em defesa da educação pública, gratuita, laica e de boa qualidade para toda a sociedade paulista.

Andes-SN terá eleições em 16 e 17/5

Nos próximos dias 16 e 17 de maio realiza-se eleição para a diretoria do Andes-Sindicato Nacional, biênio 2006-2008. A defesa da Universidade Pública e de interesses comuns dos professores universitários levou à criação, em 1981, da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes). Em 1988, com a nova Constituição, a Andes transformou-se em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), do qual a Adusp é seção sindical.

Desde sua criação, a Andes tem tido atuação im-

portante na luta por uma universidade pública, gratuita e democrática e na defesa das condições de vida e trabalho dos docentes. A intervenção da Andes em questões de interesse geral da sociedade também tem sido significativa. Apenas para citar alguns exemplos, podemos mencionar sua participação na elaboração da Constituição Federal, sua contribuição para o Plano Nacional de Educação, seu engajamento na luta contra as recentes modificações na Previdência.

A ameaça à Universidade Pública vem, progressiva-

mente, se intensificando em todo o país. A instalação de fundações privadas, a cobrança de cursos em instituições públicas, a deterioração das condições de trabalho, o rebaixamento de salários são questões de dimensão nacional. Apenas com um sindicato forte, organizado pela base e democrático, conseguiremos travar a luta maior por uma universidade socialmente responsável e geradora de conhecimento que beneficie todos os cidadãos. E você pode contribuir para isso. Não deixe de votar nos dias 16 e 17 de maio! Haverá urna em sua unidade.

Renovação do Conselho de Representantes da Adusp também ocorrerá em 16 e 17/5

O Conselho de Representantes da Adusp, importante instância de discussão e deliberação da entidade, será parcialmente renovado. Em 16 e 17 de maio haverá eleições para escolha de representantes de diversas unidades (veja edital na página da Adusp: www.adusp.org.br).

A democracia na entidade, a representatividade das decisões, a intensidade das lutas travadas, dependem diretamente de nossa organização de base. Vamos construir um CR forte com representação de todas as unidades! Não permita que sua unidade fique sem representação.

Semana nacional contra as fundações privadas “de apoio”

Entre 2 e 12/5 as seções sindicais do Andes-Sindicato Nacional deverão realizar uma semana de luta contra o processo de privatização que tem ocorrido nas universidades públicas por intermédio de fundações privadas “de apoio”.

Uma contínua pesquisa e debates conduzidos pela Adusp sobre este problema, desde o ano 2000, vêm

gerando uma série de publicações que revelam o que ocorre por baixo do fino véu das boas intenções (superar entraves burocráticos e dar agilidade à administração pública) que chegam a orientar a criação destes organismos.

Fruto direto deste trabalho temos hoje o Ministério Público de São Paulo movendo uma ação contra os cur-

sos pagos que são realizados sob o logotipo da USP ou de suas unidades, e valendo-se de recursos humanos e materiais da universidade, através das fundações.

Seminário sobre o papel das fundações na Universidade pública

Terça-feira, 9/5, 17h, no Aud. Abrahão de Moraes (IF)

Ao mesmo tempo, em resposta à representação que encaminhamos denunciando situações de conflito de interesses que ocorrem quando da ocupação simultânea de cargos de direção na universidade e nas fundações privadas, o Conselho Superior do Ministério Público determinou a abertura de procedimento investigatório em todas as

fundações ligadas à USP.

As fundações privadas de apoio encontram forte respaldo em sucessivos projetos governamentais de privatização dos serviços públicos, particularmente no que se refere às universidades públicas. Mas em diferentes Estados, por meio do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União, temos conseguido encetar um significativo

movimento de resistência, inclusive no campo judicial.

O seminário que promoveremos nesta segunda semana de maio será um momento importante para avaliar esta luta em que a Adusp assumiu papel destacado em desvendar e combater a promiscuidade entre as universidades públicas e as fundações privadas ditas “de apoio”.

Universidade pública não pode cobrar por curso, mesmo à distância

A Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) foi derrotada em sua pretensão de manter a cobrança em um curso à distância pago, oferecido por ela em convênio com duas entidades privadas, a Associação Educacional e Assistencial Shalom e a Sociedade Blumenauense de Ensino Superior Ltda.

De acordo com o sítio Espaço Vital (www.espacovital.com.br), especializado em questões jurídicas, a 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina negou provimento ao apelo da Udesc no processo 2005.039015-5, em que a instituição pública estadual alegou que o Curso de Pedagogia à Distância deveria continuar cobrando mensalidade — mesmo sendo a instituição um estabelecimento oficial de ensino público — por estar vinculado às entidades privadas.

A estudante Adriana Patrícia Femiano, de Blumenau,

freqüentadora do curso, havia impetrado mandado contra o Reitor da Udesc e os representantes das entidades privadas, com a finalidade de suspender as cobranças mensais do curso, bem como para renovar a matrícula e cancelar o pagamento das parcelas vencidas. A sentença havia acolhido totalmente os pedidos da estudante.

A 2ª Câmara do TJ-SC, levando em conta o disposto no Artigo 206 da Constituição Federal — “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) IV- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” — manteve a decisão de primeira instância, por considerar incabível o pagamento de mensalidade em benefício de instituição de ensino público em *qualquer modalidade de curso*, mesmo quando há contrato de prestação de serviços entre duas ou mais entidades.